

CFESS Manifesta

Serviço Social e análise de conjuntura

Brasília (DF), 7 de abril de 2015

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



TEMPOS DIFÍCIS, tempos de reflexão e

LUTA!

Havia ruas largas, todas muito semelhantes umas às outras, e ruelas ainda mais semelhantes umas às outras, onde moravam pessoas também semelhantes umas às outras, que saíam e entravam nos mesmos horários, produzindo os mesmos sons nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem cada dia era o mesmo de ontem e de amanhã, e cada ano o equivalente do próximo e do anterior.

CHARLES DICKENS, TEMPOS DIFÍCIS.



É no atendimento cotidiano a usuários e usuárias, e ainda na condição de trabalhadores e trabalhadoras, que nós, assistentes sociais do Brasil, sentimos os efeitos da conjuntura econômica e política e seus impactos nas políticas sociais, nas condições de trabalho e nos direitos sociais. Debater sobre o nosso exercício profissional, no contexto de acirramento das posições e das forças políticas no cenário nacional, nos exige atenção com os acontecimentos e reflexão com potencial crítico. Exige a capacidade de irmos além do aparente, reproduzido pelos meios de comunicação dominados pela burguesia, e do simplismo de suas polarizações. Instiga-nos a partir de parâmetros que nos orientem para uma direção política fundamentada nos princípios éticos fundamentais da profissão.

Nesse sentido, nossas análises tomam como referência o patamar da luta de classes na realidade brasileira, questionando os elementos que impactam nos interesses da classe trabalhadora.

Quando tomamos esta referência para pensar o contexto brasileiro nos últimos governos (FHC, Lula e Dilma), observamos elementos de continuidade, em especial no que diz respeito à perda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, em particular os trabalhistas e previdenciários. Ainda que não possamos deixar de citar as diferenças presentes nos governos petistas (a exemplo da estruturação da Política Nacional de Assistência Social/PNAS, a relativa valorização do salário mínimo, alguns avanços

na política de enfrentamento da violência contra a mulher e a ampliação de direitos trabalhistas para empregadas e empregados domésticos), de fato, a opção pelo governo expresso num amplo e irrestrito arco de alianças está claramente evidenciada no último pacote do segundo governo Dilma, que ataca direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, como o seguro-desemprego e a pensão por morte. Dessa forma, ainda que assegurando a defesa dos interesses do capital e das elites, o governo Dilma, neste contexto de crise econômica e instabilidade política, vem sendo duramente chantageado a se curvar ainda mais à direita.

Este processo ganhou contornos mais nítidos desde a última eleição e voltou à tona nas manifestações dos últimos dias 13 e 15 de março. No dia 13, parte de uma “esquerda” oficial e governista, que assumiu a defesa do governo Dilma, apresentou bandeiras, solicitando a revogação das medidas de austeridade e reversão dos ataques aos direitos. Em oposição, o dia 15 trouxe às ruas, com ampla divulgação e apoio midiático, o pedido de impeachment, carregado de expressões reacionárias e golpistas, mesclado de combate ao suposto caráter comunista do atual governo.

O CFESS se coloca claramente contrário ao conservadorismo evidenciado nas manifestações presentes no dia 15, em que setores insatisfeitos das classes média e alta reivindicaram, inclusive, a volta da Ditadura Militar. Ainda que tenhamos acordo com parte das bandeiras expressas pelas entidades no dia 13, não nos colocamos no campo de crença nas possibilidades de disputa do atual governo que, em suas práticas, tem mostrado sua dureza econômica e política contra a classe trabalhadora, dada sua opção pela manutenção dos fundamentos da política econômica, pelo capital financeiro e superávit primário, pelo gerenciamento privado nas instituições públicas (a exemplo da Empresa Brasileiro de Serviços Hospitalares/Ebserh), pela livre entrada do capital estrangeiro na saúde, pela expansão precarizada do ensino superior, pelo agronegócio e não realização da reforma agrária, pelo tratamento militar da vida cotidiana e, especialmente, das manifestações da classe trabalhadora.

O quadro nos sinaliza que o enfrentamento não encontra saída nos termos colocados pelas últimas manifestações; pelo contrário, exige uma posição firme e clara de lutadores e lutadoras sociais, que denuncie tanto os retrocessos e ataques aos direitos humanos e sociais, presentes neste governo, quanto os perigos na tensão conservadora que marca parte das últimas manifestações, de claro teor fascista. Ao construir uma outra forma de resistência legítima dos interesses da classe trabalhadora, devemos assegurar a busca da unidade, orientada para a transformação radical da nossa sociedade.

Dessa forma, nossas análises e críticas não podem ser confundidas com as das frações burguesas dominantes e subalternas ao imperialismo. A conjuntura adversa requer a capacidade de um diálogo extremamente próximo com trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações, de modo a nos fortalecermos teórica e organizativamente para enfrentar os áspersos desdobramentos da última disputa eleitoral. Cabe também a nós apresentar as contradições entre capital e trabalho, fortalecer a articulação em torno de uma agenda de mudanças estruturais e nos juntarmos aos aliados e aliadas, para tomar posição, evidenciando que é impossível conciliar essas contradições, sob pena de esvaziarmos a política de seu conteúdo político.

Nossas pautas, discutidas e aprovadas democraticamente e coletivamente, expressam nossa posição política com autonomia. Sempre estivemos e permaneceremos nos espaços da categoria, nos fóruns democráticos e nas ruas levantando nossas bandeiras:

- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e com condições éticas e técnicas para o trabalho;
- Seguridade social ampliada, com políticas públicas, estatais, universais e de qualidade;
- Financiamento público das políticas de seguridade social, baseado na desoneração do trabalho, tributação das grandes fortunas e na gestão submetida ao controle da sociedade;
- Defesa intransigente do orçamento da seguridade social e do fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU);
- Democratização dos meios de comunicação;

- Responsabilização das pessoas responsáveis pela tortura e crimes de lesa-humanidade nos anos da Ditadura Militar brasileira;
- Retirada das tropas brasileiras no Haiti, na defesa da soberania do povo haitiano e contra as violações de direitos humanos;
- Defesa do Estado laico;
- Posição contrária às previsões do Estatuto do Nascituro e do Estatuto da Família;
- Garantia dos direitos da população LGBT;
- Defesa da legalização das drogas, com ênfase na Política de Redução de Danos para situações de uso prejudicial, submetida ao controle social;
- Posição contrária à manutenção e regulamentação pública das comunidades terapêuticas;
- Defesa da descriminalização e legalização do aborto, compreendendo-o como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos;
- Negação da redução da idade penal e defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca);
- Reforma urbana e agrária – em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e catadoras de materiais recicláveis;
- Reforço às lutas contra as opressões, em conjunto com movimento negro, indígena, de mulheres e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero.

Essas pautas reafirmam nosso projeto ético-político profissional, comprometido com a garantia inalienável da liberdade, dos direitos humanos, da democracia e da superação da ordem social capitalista desigual e excludente. Por isso, reforçamos a necessidade de fortalecer as lutas sociais com autonomia e destacamos o impacto do acirramento da luta de classes na produção e reprodução do modo de viver e de pensar da classe trabalhadora. Essa conjuntura pode alimentar as veias abertas do conservadorismo, histórico na categoria, ou reavivar as nossas resistências profissionais. Que possamos reavivar sempre! São tempos de luta e resistência! Continuaremos tecendo na luta a manhã desejada!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRÉSIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRÉSIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL
Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlénia Sobral do Vale (CE)
Lilian da Silva Gomes Melo (AM)
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)
Hirley Ruth Neves Sena (MS)

CFESS MANIFESTA
Serviço Social e análise de conjuntura
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Daniela Neves, Erlénia Sobral e
Juliana Melim
Assessoria de comunicação:
Diogo Adjuto - JP/DF 7823
Rafael Werkema - JP/MG 11732
Revisão: Diogo Adjuto
Arte/diagramação: Rafael Werkema